

Prefeitos articulam reação ao pacote fiscal

economia - Brasil

Luciano Somenzari
de São Paulo

Entidades municipalistas articulam uma reação às medidas de ajuste fiscal anunciadas na semana passada. A Associação Paulista de Municípios (APM) e o Conselho Brasileiro de Integração Municipal (CBIM) entregam amanhã ao governo federal uma carta contendo uma "proposta municipalista de reforma tributária" onde são abordados pontos do Programa de Estabilização Fiscal (PEF), que, segundo a APM, prejudicam as prefeituras.

Os prefeitos queixam-se que mais de 80% dos municípios apresentam déficit fiscal por causa de pagamento de dívidas e por absorver a administração de serviços que antes eram feitos pelos estados ou pela União, como educação, saúde e habitação.

Outro problema apontado por eles se refere à queda de arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), o que prejudica o repasse de verbas. Além de redução do volume de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em decorrência indireta do aumento do percentual de 20% para 40% do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que vincula ao governo federal toda a arrecadação de tributos.

Reunidos no Encontro Internacional de Integração Municipal na Reforma Tributária/Ajuste Fiscal, que terminou sexta-feira, em São Paulo, os representantes dos cerca de cem municípios discutiram as consequências do pacote. Eles vão reivindicar em Brasília, entre outras coi-

sas, o mesmo tratamento dado aos estados no tocante à rolagem das dívidas municipais. Também vão exigir a não-permissão de compensações financeiras, nem renúncias fiscais, que tenham como consequência a redução do volume do FPM.

"Se não houver uma arrumação no plano de ajuste fiscal, as prefeituras penarão muito", avalia o deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE), presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara. Lustosa calcula que até o meio do próximo ano o Congresso já tenha aprovado o projeto de Reforma Tributária que será entregue pelo governo, que unifica vários impostos, entre eles o ICMS, no Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Até lá, o deputado aposta nas mudanças que serão feitas no pacote. Para ele, a alíquota da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), por exemplo, deverá ficar em 0,30%, não em 0,38%, como propõe o governo. Outro ponto a ser mudado será o do FEF, que continuará nos 20%.

O governador reeleito de São Paulo, Mário Covas (PSDB), encerrou o encontro dos prefeitos e reconheceu os problemas de caixa enfrentados pelas prefeituras. Covas, entretanto, sinalizou que num momento de grave crise em que vive o País, os municípios também precisam dar sua dose de colaboração. "Não terei dúvidas de que os municípios estarão prontos para oferecer a sua colaboração na sua parcela de sacrifícios." O presidente da APM, Marcos Monti, e o presidente licenciado e deputado federal eleito, Celso Giglio (PTB), afirmam que existe mobilização na bancada municipalista de deputados para pressionar o governo federal a rever os pontos que prejudicam os municípios.